

ATA DA 418ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência do Senhor Primeiro Subdefensor Público-Geral do Estado, Rafael Moraes Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Bruno Diaz Napolitano, Alexandre Orsi Netto, Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Horácio Xavier Franco Neto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Alderon Pereira da Costa, Representando a Terceira Subdefensoria, Luis Marcelo Mendonça Bernardes, Representando a Corregedoria-Geral, Carolina Teubl Gagliato e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausente injustificadamente o Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Presidente iniciou a sessão às 09h56min, justificando a ausência do Defensor Geral, em razão de reunião interesse da Defensoria Pública no Supremo Tribunal Federal e no Congresso Nacional, em Brasília. Comunicou que, na próxima semana, será enviado um informativo pelas Segunda e Terceira Subdefensorias explicando sobre a sistemática do atendimento inicial e a visita aos presos provisórios na Região Metropolitana e no Interior. Comunicou que, na última quarta-feira, a Defensoria Geral havia recebido a visita de autoridades Bolivianas, que estiveram na instituição para conhecer as políticas de defesa dos direitos da mulher. Comunicou que esteve na Unidade de Ferraz de Vasconcelos, e pontuou que se pretende expandir a atuação da instituição na cidade. Abordou que o imóvel citado pelo Conselheiro Horácio Xavier, em sessão passada, havia sido visitado e obteve avaliação satisfatória, contudo, explicou que na época em que foi iniciada as buscas de uma nova sede, o prédio não estava disponível. Todavia, citou que atualmente existe um contrato firmado para uma construção em outro local, e avaliou que o cancelamento implicaria um tramite mais burocrático, além de inviabilizar a celeridade de adequar a unidade em um imóvel. Após, passou-se as comunicações da Secretaria, que não recebeu a justificativa do Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. Após, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra à primeira inscrita, Defensora Carolina Guimarães Rezende da Unidade da Infância e Juventude da Capital. Ela relatou as dificuldades de rotina de trabalho local, e apontou que houve uma interrupção na prática de acordos com o Ministério Público, argumentando que houve relativamente um aumento no volume de trabalho nas 1ª e 2ª Vara da Infância e Juventude. Apresentou alguns números que refletem o volume de trabalho que a unidade passou a absorver. Complementou que o Tribunal de Justiça sinaliza o envio de mais dois juízes auxiliares ao local, e analisou que a vinda poderá gerar pautas duplas, além de inviabilizar a demanda atribuída aos Defensores Públicos. Nesse sentido, mostrou dificuldades de obter informações, pedindo que a administração intervenha, buscando uma interlocução com o judiciário, a fim de buscar a instalação de duas novas varas. Após o Presidente franqueou a palavra à próxima inscrita, Defensora Cláudia Abramo da Unidade Infância e Juventude da Capital. Ela demonstrou que a quantidade de Defensores Públicos é insuficiente diante do volume de trabalho, e apontou que a rotina diária está se tornando inviável, citando que há audiências de segunda à sexta-feira, com uma média diária de vinte e duas audiências. Relatou que há tensão na relação com os Juízes, após a interrupção dos acordos na 1ª e 2ª Varas, e citou que uma juíza tinha ameaçado a dar voz de prisão a uma Defensora Pública que queria filmar as audiências. Por fim, pediu atenção com relação a atuação na área da Infância e Juventude. O Presidente se solidarizou com a problemática, e informou que a administração superior está atenta à situação da Unidade Infância e Juventude da Capital. Informou que o projeto de distribuição de cargos prevê a destinação de Defensores visando uma solução definitiva para o local. Apontou que, em meados de dezembro, esteve em reunião com o Corregedor-Geral de Justiça, a fim de reafirmar a posição da instituição de ser avisada com a devida antecedência sobre o aumento repentino do número de Juízes. O Conselheiro Pedro Avellar indagou a Defensora Cláudia Abramo sobre o sistema de acordos com o Ministério Público. A Defensora Cláudia Abramo explicou que a prática consiste na aplicação da medida socioeducativa com o julgamento do mérito pelo Ministério Público, em razão do grande volume de trabalho. Apontou que, mediante a confissão do adolescente, o processo se extingue e é automaticamente aplicada a medida,

com a abdicação da apresentação de recursos pela defesa. Assim, contou que a prática não trazia benefícios para o adolescente, razão pelo qual optou-se por interromper a prática na 1ª e 2ª Varas. O Conselheiro Horácio Xavier indagou se as Defensoras realizavam visitas às unidades da Fundação Casa, além do trabalho relatado. A Defensora Cláudia Abramo respondeu que a cada Defensor Público é responsável por visitar mensalmente duas ou três unidades, e afirmou que as quarenta unidades de internação recebem visitas. Após, não havendo mais inscritos, o Presidente franqueou a palavra aos Conselheiros para manifestações sobre assuntos diversos. O Conselheiro Bruno Napolitano afirmou que o tema da Infância e Juventude é prioridade na administração superior, diante das dificuldades históricas. Relatou que, na última semana, esteve em reunião com o Coordenador Regional, Samuel Friedman explicando o cenário incerto, e lamentou que a instituição não tenha sido avisada com antecedência sobre as mudanças, e lastimou que as alterações realizadas pelo Tribunal de Justiça impactassem negativamente o trabalho dos Defensores Públicos. Comentou que a Assessoria Criminal havia sido acionada, a fim de entrar em contato com o Tribunal de Justiça e repassar as informações que fossem obtidas. Informou que, em breve, será realizada uma nova reunião com todos os Defensores da Unidade Infância e Juventude para debater alternativas. A Conselheira Kathya Beja comentou que a problemática dos acordos propostos pelo Ministério Público nas audiências das Varas da Infância e Juventude é questão antiga e acompanhada pela Corregedoria. Observou que, sempre que a Defensoria Pública modifica uma prática confortável para o judiciário, causa reação das outras partes. Manifestou que as gravações das audiências, se houvesse mecanismos estabelecidos, muitos problemas e ações judiciais em face de Defensores Públicos teriam sido evitados. Considerou que o instrumento de gravação poderia dar segurança tanto para os Defensores Públicos, como para os Magistrados e demais partes envolvidas no processo. Lembrou que o novo código de processo civil prevê a possibilidade, mas através de legislação específica. Informou que, na última quarta-feira, esteve em reunião com a Corregedoria Geral de Justiça e teve ciência de que os Magistrados interpretavam a atitude dos Defensores Públicos com uma tentativa de interferir na atividade jurisdicional. Relatou que, na oportunidade, reforçou que a intenção da Defensoria Pública seria de atuar de maneira integral na defesa dos usuários e garantir a transparência necessária. Comunicou que a Corregedoria Geral de Justiça havia determinado que as gravações não seriam impedidas, mas que houvesse a expressa autorização do Magistrado. Nesse sentido, orientou que, caso necessário, os Defensores Públicos façam os pedidos e evitassem fazer uso de celulares para filmagem, de modo que a imagem não fosse veiculada indevidamente por acidente. Solicitou que os Defensores da Unidade da Infância e Juventude mantivessem contato com a Corregedoria Geral, a fim de que fossem dados os encaminhamentos necessários aos casos concretos. O Conselheiro Pedro Avellar relatou que na Unidade de Araçatuba, onde atua, ele não realiza todo o atendimento da área cível e criminal, pois prioriza e atua em todas as demandas da área da Infância e Juventude, tanto cível como infracional. Mostrou a necessidade de a instituição priorizar a área da infância e juventude, e sugeriu que a temática fosse discutida em momento oportuno no âmbito do Conselho Superior, tendo em vista que o incremento de Defensores Públicos na área e a distribuição de cargos será protocolado em breve. A Representante da Apadep, Franciane Marques relatou que, no dia vinte e sete de março, esteve em reunião na Regional da Infância e Juventude quando foi abordada a questão do incremento de Juizes no Fórum local. Considerou que, caso a previsão de designação pelo Tribunal de Justiça se concretize, os Defensores Públicos fossem desonerados de assumir mais uma atribuição. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira lembrou que o acordo com o Ministério Público tinha sido um ponto levantado pela sociedade civil, e mostrou satisfação pela interrupção da prática nas varas. Parabenizou a Defensora Pública Marília da Silva da Unidade de Jacaré, em razão da conquista do afastamento de funcionários da Fundação Casa por agressão. Por fim, mostrou a importância de priorizar a defesa de jovens, e noticiou que a Ouvidoria organizará uma reunião com movimentos sociais para estudar como apoiar o trabalho da Defensoria nos casos. O Conselheiro Horácio Xavier observou que, desde a época da distribuição dos últimos cargos, chegavam ao conhecimento do Colegiado relato do cenário dificultoso da área da infância. Afirmou ser

necessário um número adequado de Defensores na vara da infância, a fim de garantir uma atuação integral, e que os depoimentos trazidos devessem ser levados em consideração na discussão sobre a próxima expansão. O Conselheiro Alexandre Orsi considerou que a Defensoria Pública não deveria ficar aguardando informações pelo Tribunal de Justiça, e mostrou a necessidade de elaborar um plano emergencial, visando a distribuição da nova demanda. O Conselheiro Luiz Eduardo manifestou que a unidade enfrenta um problema recorrente, que pode ser constatada em todo o concurso de remoção, pois há renovação quase total dos Defensores que atuam na área. Mostrou preocupação com a questão estrutural, o qual considerou que é necessária uma medida mais enérgica, citando a destinação de mais cargos, a instalação da unidade em um novo prédio, e apontou que a causa principal é a ausência de planejamento. Por fim, sugeriu a criação de um grupo que atuasse em situações de crise, e reforçou o pedido para que houvesse a apresentação de um panorama das unidades e as respectivas dificuldades estruturais. O Presidente respondeu que há um projeto de criação de um grupo para atuar em crises, devendo ser apresentada aos Núcleos e posteriormente ao Conselho Superior. Relatou que a Coordenadoria Geral de Administração vem trabalhando no mapeamento da situação das unidades, a fim de traçar um panorama global, sobretudo elaborará um relatório com as etapas de cada nova locação. O Conselheiro Bruno Napolitano complementou que a Segunda Subdefensoria tomará as medidas judiciais cabíveis para proteger todas as prerrogativas dos Defensores. A Representante da Apadep, Franciane Marques solicitou que os Defensores Públicos associados preencham as autorizações para desconto das mensalidades em folha de pagamento, conforme acordo celebrado com a Defensoria Geral. Indagou se haverá convocação das candidatas aprovadas no VI Concurso, tendo em vista que teve notícias de exoneração de Defensor Público. O Presidente informou que além da exoneração há um pedido de aposentadoria, motivo pelo qual haverá duas vagas abertas no concurso de remoção previsto para o mês de maio, e em seguida empossarão as novas Defensoras. A Representante da Apadep, Franciane Marques mostrou preocupação com a proposta de emenda constitucional que confere autonomia funcional e administrativa à Defensoria Pública da União, pois acredita que a medida causa indignação e atinge a autonomia das Defensorias Públicas Estaduais. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira compartilhou da preocupação, e pontuou que o Colégio de Ouvidorias se mobilizará contra a autonomia da Defensoria Pública da União. O Presidente concordou com a importância da atuação internamente no governo, e sinalizou que houve o contato com os Defensores Públicos afastados em Brasília para esse fim. A Representante da Apadep, Franciane Marques indagou se o voto do Conselheiro Luis Gustavo sobre a reformulação da Lei Complementar nº 988/06 estava finalizado, pois estava agendada a leitura do voto para aquela semana. O Conselheiro Luiz Eduardo endossou o pedido e reforçou a necessidade de leitura do voto e o início das discussões. O Representante da Terceira Subdefensoria, Luis Marcelo respondeu que a comissão responsável por discutir a adequação havia realizado um trabalho de fôlego, e apontou que o empenho da comissão foi em conciliar as premissas elaboradas com as contribuições da consulta pública. Narrou que os últimos pontos estão sendo finalizados, estimando que o voto pudesse ser apresentado na próxima sessão. A Conselheira Kathya Beja comentou que a Defensoria Pública do Estado havia sediado a reunião do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União. Informou que, na oportunidade, discutiu-se a adaptação da lei orgânica nacional da Defensoria Pública, em razão do cenário político atual. Comentou que, naquela ocasião, sugeriu a inserção nas discussões sobre a possibilidade de gravação das audiências como uma das prerrogativas dos Defensores, bem como as visitas a estabelecimentos prisionais e unidades de internação de adolescentes. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira convidou a todos para participação no ato promovido contra a redução da maioria penal, a ser realizado no dia 28 de abril, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Informou que, na próxima semana, representará o Colégio de Ouvidorias em audiência pública promovida pela Ouvidoria da Defensoria Pública do Paraná, a fim de discutir a interferência que o órgão vem sofrendo do governo estadual. O Conselheiro Horácio Xavier relatou que muitas clínicas particulares realizavam testes de investigação de paternidade em preços acessíveis e menos invasivos e céleres, ao contrário do Instituto de Medicina Social e de Criminologia

de São Paulo. Sugeriu a intervenção da Defensoria Geral na incorporação dessas clinicas alternativas, visando dar celeridade nos processos promovidos pela instituição. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que a Defensoria Geral busca discutir com o IMESC e o Tribunal de Justiça para viabilizar um novo formato de perícia. Relatou que o Tribunal de Justiça enfrenta entraves sobre a ideia inicial de instituir um modelo por meio do Cejusc, pois vislumbram a impossibilidade de colocar a atividade sob responsabilidade dos servidores do Tribunal, sob pena de desvio de função. Em contrapartida, avaliou a possibilidade de firmar parcerias com outras entidades, mas avaliou que o convênio também permitirá a realização de perícias em Unidades da Defensoria Pública, tendo o mesmo problema enfrentado pelo Tribunal de Justiça com relação aos Oficiais. O Conselheiro Horácio Xavier parabenizou a Edepe e o Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos do Consumidor pela realização do I Congresso de Direito do Consumidor da Defensoria Pública do Estado, e ressaltou a presença de especialistas na área. Relatou que, na época em que era Coordenador do Núcleo, não teve o apoio da administração para promover esse evento, embora tenha tentado durante quatro anos. Abordou as dificuldades encontradas para protocolizar cartas precatórias no sistema digital em outros estados, especialmente no Estado do Paraná. O Conselheiro Rafael Bessa manifestou a importância da questão, especialmente os Defensores da área Cível, e sugeriu retomarem a discussão no âmbito do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, visando a criação de um cadastro nacional de precatórias, facilitando os procedimentos, especialmente nos casos urgentes. O Conselheiro Bruno Napolitano informou que a Assessoria Cível havia elaborado um termo de cooperação para atuação conjunta entre as Defensorias Públicas, estando a minuta pronta, mas relatou que houve um pedido de vista no Condege, e aguarda-se a aprovação do texto final. Apontou que a proposta vislumbra a opção do Condege disponibilizar um setor em cada estado, responsável por esses encaminhamentos. Por fim, relatou que diante da estruturação recente da Defensoria do Paraná, informou que as Subdefensorias contam com uma servidora incumbida para tentar sanar as situações mais problemáticas. O Conselheiro Alexandre Orsi relatou ter recebido um e-mail do Coordenador da Regional de Sorocaba sobre a instalação do sistema Modulo de Indicações e do Defensoria Online, e constatou que seria de responsabilidade dos Coordenadores a análise dos recursos de denegações de toda a Regional, nesse sentido, manifestou preocupação por ser mais uma atribuição a ser assumida pelos Coordenadores. O Representante da Terceira Subdefensoria, Luis Marcelo pontuou que a atual administração objetiva aprimorar a utilização dos mecanismos de gestão, desenvolvendo cursos em parceria com a Edepe para capacitar os Coordenadores e profissionalizar a atuação. Comentou que o objetivo principal é promover a gestão compartilhada com os Coordenadores, valorizando e propiciando condições para o seu exercício. O Conselheiro Alexandre Orsi ponderou que, quando houver ampla divulgação da possibilidade de recurso, o número de recursos crescerá consideravelmente, acarretando o aumento da atividade pelo Coordenador Regional. O Conselheiro Bruno Napolitano comunicou que, nesta semana, esteve na Regional Criminal em reunião com os Defensores locais para dialogar sobre a política de atendimento aos presos provisórios, e informou que almeja realizar reuniões bimestrais, visando monitorar o andamento das atividades e buscar aprimoramentos. Consigna-se que ao final das manifestações dos Conselheiros, o Presidente encaminhou para deliberação o agendamento de sessão extraordinária para julgamento do processo administrativo disciplinar de relatoria do Conselheiro Wagner Ribeiro. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, agendar a sessão extraordinária para julgamento do PAD 002/14, no dia sete de maio de 2015, às 15h. Após, o Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma. CSDP nº 509/15 (Excetuoado a pauta). Interessada: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "I Encontro dos Defensores Públicos Júri", a ser realizado no dia 24 de abril de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, nos termos pleiteados pela Edepe, exceto cinco Defensores Públicos que deixaram de instruir os autos com o respectivo requisito da Deliberação CSDP nº 27/07. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Digo Cesar Perino, Marina Hamud Morato de Andrade, Renata Simões Stabile Bucceroni, Carlos Roberto Isa, Daniel Guimarães Sveibil, Fabio

Jacynto Sorge, Juliana Garcia Belloque, e indeferir o afastamento dos seguintes Defensores/as Públicos/as: Maíra Coraci Diniz, Davi Eduardo Depiné Filho, Luiz Antônio Silva Bressane, Daniela Sollberger e Ivan Silveira Laino, nos termos do enunciado CSDP nº 04. CSDP nº 512/15 (Excetuoado a pauta). Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de indicação de um Representante, dentre os Conselheiros eleitos, para Compor a Comissão Organizadora Estadual do V Ciclo de Conferências da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de indicar um conselheiro eleito, e apontou que em sua opinião o Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa teria possibilidades de preencher todo o perfil da vaga. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, indicar o Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa para compor a Comissão Organizadora Estadual do V Ciclo de Conferência da Defensoria Pública do Estado. CSDP nº 462/15. Interessada: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Representante da Terceira Subdefensoria, Luis Marcelo leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar alista da Unidade de Santana, conforme encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado da Unidade de Santana, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 508/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura do VII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de aprovar a abertura do concurso, indicar o Defensor Pedro Pereira como Presidente da Banca Examinadora, e abrir prazo de inscrições para os Defensores Públicos que tiverem interesse de participar da Banca Examinadora, no prazo de cinco dias. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, aprovar a abertura do certame, e homologar a indicação do Defensor Público Pedro Pereira dos Santos Peres para presidir a Banca Examinadora do VII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Deliberou ainda, abrir prazo de inscrição de Defensores Públicos em compor a Banca Examinadora do certame, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 376/14. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. (Processo CSDP nº). Interessados/as. (008/15). Alexandre Orsi Netto. (021/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (046/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (061/15). Otoniel Katumi Kinuti. (070/15). Leandro de Castro Silva. (074/15). Valeria Silva do Nascimento. (097/15). Gislaine Calixto. (108/15). Patricia Biagini Lopes. (118/15). Carlos Henrique Aciron Loureiro. (127/15). Marco Andre de Freitas. (139/15). Daniela Sollberger. (144/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (146/15). Denise de Souza Silva Caetano de Mello. (148/15). Samir Nicolau Nassralla. (154/15). Flavio Americo Frasseto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a lista de inscritos, conforme apresentado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista de promovidos de Defensores Públicos do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2014, a seguir publicada. Impedido o Conselheiro Alexandre Orsi Netto.

## LISTAS DE CLASSIFICAÇÃO

### 1) Lista de Defensores Públicos inscritos por ANTIGUIDADE

Defensor	Classificação - Antiguidade DOE	Classificação - Antiguidade Concurso
----------	---------------------------------------	--

Flavio Americo Frasseto	2	1
Luciano Alencar Negrao Caserta	4	2
Daniela Sollberger	5	3
Otoniel Katumi Kikuti	6	4
Marco Andre De Freitas	7	5
Denise De Souza Silva Caetano De Mello	10	6
Carlos Henrique Aciron Loureiro	11	7
Davi Eduardo Depine Filho	12	8
Ana Carolina Franzin Bizzarro	14	9
Valeria Silva Do Nascimento	17	10
Alexandre Orsi Netto	21	11
Samir Nicolau Nassralla	22	12
Patricia Biagini Lopes	23	13
Leandro De Castro Silva	24	14

2) Listas de Defensores Públicos inscritos por MERECIMENTO

a) MERECIMENTO – DEFENSORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA QUINTA PARTE DA LISTA DE ANTIGUIDADE

Defensor	Pontuação Geral	Classificação - Merecimento	Classificação - Antiguidade DOE
Luciano Alencar Negrao Caserta	7,2	1	4°
Davi Eduardo Depine Filho	2,4	2	12°
Denise De Souza Silva Caetano De Mello	2,0	3	10°
Marco Andre De Freitas	0,0	4	7°

b) MERECIMENTO – DEFENSORES FORA DA PRIMEIRA QUINTA PARTE DA LISTA DE ANTIGUIDADE

Defensor	Pontuação Geral	Classificação - Merecimento	Classificação - Antiguidade DOE
Patricia Biagini Lopes	5,0	1	23°
Leandro De Castro Silva	4,8	2	24°
Samir Nicolau Nassralla	4,6	3	22°
Valeria Silva Do Nascimento	1,8	4	17°
Ana Carolina Franzin Bizzarro	0,0	5	14°

3) Lista de DEFENSORES PÚBLICOS PROMOVIDOS

Defensor	CRITÉRIO
Luciano Alencar Negrao Caserta	MERECIMENTO
Flavio Americo Frasseto	ANTIGUIDADE
Davi Eduardo Depine Filho	MERECIMENTO
Daniela Sollberger	ANTIGUIDADE
Denise De Souza Silva Caetano De Mello	MERECIMENTO

Otoniel Katumi Kikuti	ANTIGUIDADE
Marco Andre De Freitas	MERECIMENTO
Carlos Henrique Aciron Loureiro	ANTIGUIDADE
Patricia Biagini Lopes	MERECIMENTO
Ana Carolina Franzin Bizzarro	ANTIGUIDADE

#### SUPLENTES

Leandro De Castro Silva	SUPLENTE
Samir Nicolau Nassralla	SUPLENTE

CSDP nº 177/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. Revisor: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. (Processo CSDP nº). Interessados/as. (193/15). Eduardo Jacomo Teixeira. (194/15). Danielle Cristina Uemura. (195/15). Elisa Maria Rudge Ramos da Silva Telles. (199/15). Karina Santos Salvador. (200/15). Guilherme Augusto Campos Bedin. (204/15). Bruna Gonçalves Loureiro de Andrade Barros. (205/15). Alex Gomes Seixas. (208/15). Luiz Fernando Baby Miranda. (211/15). Cristina Emy Yokaichiya. (220/15). Douglas Ribeiro Basilio. (254/15). Alline Delbem. (264/15). Felipe Capra da Cunha Lopes. (272/15). Tatiana Aparecida Bordão da Silva. (276/15). Maira Cangucu Marfinati. (277/15). Cecilia Fonseca Bandeira de Melo. (278/15). Fernando Artacho Carvalho Martins. (280/15). Danilo Martins Ortega. (283/15). Mariana de Souza Lima Lauand. (284/15). Aline Rodrigues Penha. (287/15). Tamara de Padua Capuano. (288/15). Marina Neves de Campos Mello. (289/15). Carla Pinheiro Martins. (290/15). Rafael Gandara D'Amico. (291/15). Rafael Lessa Vieira de Sá Menezes. (298/15). Lucia Thome Reinert. (299/15). Carolina Dalla Valle Bedicks. (303/15). Paulo Arthur Araujo de Lima. (304/15). Bernardo Faeda e Silva. (305/15). Milena Jackeline Reis. (306/15). Guilherme Diniz Barbosa. (307/15). Danilo Caetano Silvestre Torres. (308/15). Luciana de Oliveira Marçaioli. (309/15). Larissa Grimm Bakri. (310/15). Alexandra Pinheiro de Castro. (311/15). Fernanda Cukier dos Santos. (312/15). Glauco Mazetto Tavares Moreira. (313/15). Isabela Veloso Monreal. (314/15). Isadora Brandao Araujo da Silva. (325/15). Vivian Mantic Correia. (326/15). Vinicius da Paz Leite. (328/15). Andrew Toshio Hayama. (329/15). Luciana Pinheiro da Fonseca Ferraz. (330/15). Ana Braga Nobre Correia. (331/15). Deise Gomes da Cunha Tureta. (333/15). Renata Okano Gimenes. (336/15). Tatiana Mendes Soares Bachega. (337/15). Adriano Lino Mendonça. (338/15). Luciano Dal Sasso Masson. (344/15). Simone Lavelle Godoy de Oliveira. (349/15). Ilka Saito Millan. (350/15). Maria Clara Paletta Lomar. (355/15). Helena Lacerda Rodrigues Lage. (372/15). Maria Teresa Bastia Vichi. (373/15). Lilian Rodrigues Mano. (374/15). Rafael Soares da Silva Vieira. (385/15). Angelo de Camargo Dalben. (386/15). Julio Cesar Valse. (387/15). Nelise Christino de Castro Santos. (391/15). Octavio Augustus Cordeiro. (412/15). Thiago de Luna Cury. (422/15). Daniel Mobley Grillo. (465/15). Jordana de Matos Nunes Rolim. (480/15). Fabricio Feres Furlan. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de homologar a lista de inscritos, conforme apresentado. O Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar a lista de promovidos de Defensores Públicos do nível I para o nível II, relativo ao ano de 2015, a seguir publicada. Impedido o Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho.

#### LISTAS DE CLASSIFICAÇÃO

##### 1) LISTA DE DEFENSORES PÚBLICOS INSCRITOS POR ANTIGUIDADE - DEFENSORES QUE INTEGRAM A PRIMEIRA QUINTA PARTE

DEFENSOR	CLASSIFICAÇÃO - ANTIGUIDADE DOE	CLASSIFICAÇÃO - ANTIGUIDADE CONCURSO
----------	---------------------------------	--------------------------------------

TATIANA APARECIDA BORDAO DA SILVA	2°	1
KARINA SANTOS SALVADOR	3°	2
FABRICIO FERES FURLAN	5°	3
ANDREW TOSHIOHAYAMA	6°	4
MARIA TERESA BASTIA VICHI	7°	5
ANA BRAGA NOBRE CORREIA	9°	6
EDUARDO JACOMO TEIXEIRA	11°	7
MARIA CLARA PALETTALOMAR	13°	8
MARIANA DE SOUZA LIMA LAUAND	14°	9
DANIELLE CRISTINA UEMURA	15°	10
LUIZ FERNANDO BABY MIRANDA	16°	11
RAFAEL SOARES DA SILVA VIEIRA	17°	12
FELIPE CAPRA DA CUNHA LOPES	18°	13
ILKA SAITO MILLAN	19°	14
GUILHERME AUGUSTO CAMPOS BEDIN	20°	15
LUCIANA PINHEIRO DA FONSECA FERRAZ	21°	16
VIVIAN MANTIC CORREIA	23°	17
DANILO CAETANO SILVESTRE TORRES	24°	18
TAMARA DE PADUACAPUANO	26°	19
LUCIANA DE OLIVEIRA MARCAIOLI	27°	20
CAROLINA DALLA VALLE BEDICKS	28°	21
LILIAN RODRIGUES MANO	29°	22
BRUNA GONCALVES LOUREIRO DE ANDRADE BARROS	30°	23
DANIEL MOBLEY GRILLO	31°	24
FERNANDA CUKIER DOS SANTOS	32°	25
BERNARDO FAEDA E SILVA	33°	26
MARINA NEVES DE CAMPOS MELLO	34°	27
ALINE RODRIGUES PENHA	35°	28
DEISE GOMES DA CUNHA TURETA	36°	29
GLAUCO MAZETTO TAVARES MOREIRA	37°	30
RAFAEL GANDARA D' AMICO	39°	31
ADRIANO LINO MENDONCA	40°	32
MILENA JACKELINE REIS	41°	33
DOUGLAS RIBEIRO BASILIO	42°	34
FERNANDO ARTACHO CARVALHO MARTINS	43°	35
PAULO ARTHUR ARAUJO DE LIMA RAMOS	44°	36
VINICIUS DA PAZ LEITE	45°	37
ELISA MARIA RUDGE RAMOS DA SILVA TELLES	46°	38
ALEXANDRA PINHEIRO DE CASTRO	47°	39
RENATA OKANO GIMENES SELLA	48°	40
MAIARACANGUCUMARFINATI	49°	41
ISABELA VELOSO MONREAL	50°	42

NELISECHRISTINO DE CASTRO SANTOS	52°	43
DANILO MARTINS ORTEGA	53°	44
ALEX GOMES SEIXAS	54°	45
LARISSA GRIMM BAKRI	56°	46
TATIANA MENDES SOARES BACHEGA	57°	47
LUCIANO DAL SASSOMASSON	58°	48

2) LISTA DE DEFENSORES PÚBLICOS INSCRITOS POR MERECIMENTO

a) DEFENSORES INTEGRANTES DA PRIMEIRA QUINTA PARTE DA LISTA DE ANTIGUIDADE

DEFENSOR	PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO MERECIMENTO	CLASSIFICAÇÃO - ANTIGUIDADE DOE
ANA BRAGA NOBRE CORREIA	11,5	1	9°
ILKA SAITO MILLAN	10,2	2	19°
MILENA JACKELINE REIS	9,6	3	41°
DOUGLAS BASILIO	9,5	4	42°
ALEXANDRA PINHEIRO DE CASTRO	9,5	5	47°
ALEX GOMES SEIXAS	8,3	6	54°
MARINA NEVES DE CAMPOS MELLO	8,2	7	34°
GLAUCO MAZETTO TAVARES MOREIRA	8,0	8	37°
FERNANDO ARTACHO CARVALHO MARTINS	7,2	9	43°
PAULO ARTHUR ARAUJO DE LIMA RAMOS	7,2	10	44°
DANILO MARTINS ORTEGA	6,2	11	53°
BRUNA GONÇALVES L DE A BARROS	5,8	12	30°
LILIAN RODRIGUES MANO	5,3	13	29°
MAIARA CANGUÇU MARFINATI	4,4	14	49°
LARISSA GRIMM BAKRI	4,2	15	56°
BERNARDO FAEDA E SILVA	3,2	16	33°
RAFAEL SOARES DA SILVA VIEIRA	2,9	17	17°
ISABELA VELOSO MONREAL	2,6	18	50°
ELISA MARIA R R S TELLES	2,4	19	46°
FERNANDA CUKIER DOS SANTOS	2,2	20	32°
ALINE RODRIGUES PENHA	2,1	21	35°
RAFAEL GANDARA D'AMICO	2,0	22	39°
NELISE CHRISTINO DE CASTRO SANTOS	1,7	23	52°
FELIPE CAPRA DA CUNHA LOPES	1,4	24	18°
DENISE GOMES DA CUNHA TURETA	1,0	25	36°
ADRIANO LINO MENDONÇA	0,8	26	40°
MARIA CLARA PALETTA LOMAR	0,2	27	13°

b) MERECIMENTO – DEFENSORES FORA DA PRIMEIRA QUINTA PARTE DA LISTA DE ANTIGUIDADE

DEFENSOR	PONTUAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO - MERECIMENTO	CLASSIFICAÇÃO ANTIGUIDADE
----------	-----------------	-----------------------------	---------------------------

			DOE
CRISTINA EMY YOKAICHIYA	10,0	1	72°
THIAGO DE LUNA CURY	8,2	2	64°
LUCIA THOMÉ REINERT	8,2	3	71°
CARLA PINHEIRO MARTINS	7,4	4	63°
CECILIA FONSECA BANDEIRA DE MELO	2,6	5	66°

### 3) LISTA DE DEFENSORES PÚBLICOS PROMOVIDOS

DEFENSOR	CRITÉRIO
TATIANA APARECIDA BORDAO DA SILVA	ANTIGUIDADE
ANA BRAGA NOBRE CORREIA	MERECIMENTO
KARINA SANTOS SALVADOR	ANTIGUIDADE
ILKA SAITO MILLAN	MERECIMENTO
FABRICIO FERES FURLAN	ANTIGUIDADE
MILENA JACKELINE REIS	MERECIMENTO
ANDREW TOSHIO HAYAMA	ANTIGUIDADE
DOUGLAS BASILIO	MERECIMENTO
MARIA TERESA BASTIA VICHI	ANTIGUIDADE
ALEXANDRA PINHEIRO DE CASTRO	MERECIMENTO
EDUARDO JACOMO TEIXEIRA	ANTIGUIDADE
ALEX GOMES SEIXAS	MERECIMENTO
MARIA CLARA PALETTA LOMAR	ANTIGUIDADE
MARINA NEVES DE CAMPOS MELLO	MERECIMENTO
MARIANA DE SOUZA LIMA LAUAND	ANTIGUIDADE
GLAUCO MAZETTO TAVARES MOREIRA	MERECIMENTO
DANIELLE CRISTINA UEMURA	ANTIGUIDADE
FERNANDO ARTACHO CARVALHO MARTINS	MERECIMENTO
LUIZ FERNANDO BABY MIRANDA	ANTIGUIDADE
PAULO ARTHUR ARAUJO DE LIMA RAMOS	MERECIMENTO
RAFAEL SOARES DA SILVA VIEIRA	ANTIGUIDADE
DANILO MARTINS ORTEGA	MERECIMENTO
FELIPE CAPRA DA CUNHA LOPES	ANTIGUIDADE
BRUNA GONÇALVES L DE A BARROS	MERECIMENTO
GUILHERME AUGUSTO CAMPOS BEDIN	ANTIGUIDADE
LILIAN RODRIGUES MANO	MERECIMENTO
LUCIANA PINHEIRO DA FONSECA FERRAZ	ANTIGUIDADE
MAIARA CANGUÇU MARFINATI	MERECIMENTO
VIVIAN MANTIC CORREIA	ANTIGUIDADE
LARISSA GRIMM BAKRI	MERECIMENTO
DANILO CAETANO SILVESTRE TORRES	ANTIGUIDADE
BERNARDO FAEDA E SILVA	MERECIMENTO
TAMARA DE PADUA CAPUANO	ANTIGUIDADE

ISABELA VELOSO MONREAL	MERECIMENTO
LUCIANA DE OLIVEIRA MARCAIOLI	ANTIGUIDADE
ELISA MARIA R R S TELLES	MERECIMENTO
CAROLINA DALLA VALLE BEDICKS	ANTIGUIDADE
FERNANDA CUKIER DOS SANTOS	MERECIMENTO
DANIEL MOBLEY GRILLO	ANTIGUIDADE
ALINE RODRIGUES PENHA	MERECIMENTO
DEISE GOMES DA CUNHA TURETA	ANTIGUIDADE
RAFAEL GANDARA D'AMICO	MERECIMENTO
ADRIANO LINO MENDONCA	ANTIGUIDADE
NELISE CHRISTINO DE CASTRO SANTOS	MERECIMENTO
VINICIUS DA PAZ LEITE	ANTIGUIDADE
CRISTINA EMY YOKAICHIYA	MERECIMENTO

#### SUPLENTES

THIAGO DE LUNA CURY	ANTIGUIDADE
LUCIA THOMÉ REINERT	ANTIGUIDADE

CSDP nº 314/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentar o julgamento virtual de processos administrativos no âmbito do Conselho Superior da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O relator manifestou manter a sistemática para que, assim que distribuído o processo, o relator irá fazer a análise se é caso para julgamento virtual e, se o for, fará o pedido para inclusão na pauta de julgamentos virtuais. Informou que caberá à Secretaria do Conselho comunicar aos demais Conselheiros e ao interessado que o processo será julgado virtualmente, e estes poderão se manifestar caso queiram que o julgamento aconteça de forma presencial. Pontuou que, se não houver manifestação, será publicado na imprensa oficial que o processo foi incluído na pauta de julgamento virtual, e novamente, qualquer pessoa poderá se pronunciar solicitando a reversão para julgamento durante a sessão do Conselho Superior. Comentou que, somente se não houver qualquer manifestação é que a Secretaria comunicará ao relator que o processo está apto para julgamento virtual. Relatou que, após o envio do voto pelo relator, haverá prazo para manifestação dos Conselheiros. Ponderou que, se houver voto divergente, encerra-se imediatamente o julgamento virtual, e o processo será colocado em pauta na sessão presencial. Citou que há possibilidade, ainda, de qualquer Conselheiro, após o envio do voto do relator, de pedir que o processo fosse debatido durante a sessão. Por fim, avaliou que, da forma apresentada, garantiria que os pontos polêmicos fossem discutidos presencialmente. Citou que a vantagem seria apenas com relação aos processos que, pela quantidade, acabam tomando bastante tempo das sessões do Conselho Superior. O Ouvidor Geral, Alderon Pereira manifestou preocupação com relação à transparência dos julgamentos virtuais, pois a sistemática apresentada não resolve a questão do tempo, avaliando há outros processos que ocupam grande parte do Conselho. Apontou que existem dificuldades tecnológicas e culturais que podem prejudicar o acesso aos processos virtuais. Considerou muito frágil o procedimento, pois pode-se pedir julgamento presencial de todos os processos e tudo vai continuar acontecendo da mesma forma. Nesse sentido, pediu para que o projeto seja amadurecido. O Conselheiro Wagner Ribeiro concordou que o modelo apresentado trará mais trabalho para os Conselheiros, que terão prazo para ler o voto e se manifestarem, mas considerou que a nova sistemática permitirá que o trabalho seja diluído durante a semana. A Conselheira Kathya Beja avaliou que a sistemática pode ser adotada como experiência por um determinado tempo, e considerou que caso entenda-se que restou fracassada a tentativa, podem voltar a sistemática anterior. No entanto, mostrou a importância de garantir o quórum dos julgamentos, sendo necessário a confirmação de recebimento e aviso de leitura do e-mail dos Conselheiros. O

Ouvidor Geral, Alderon Pereira considerou ser voto vencido, e sugeriu que os e-mails trocados entre os Conselheiros durante o julgamento virtual fossem disponibilizados na íntegra. O Conselheiro Rafael Bessa concordou com o pedido, e sugeriu que a Secretaria do Conselho fosse copiada em todos os e-mails, a fim de que os imprima e anexe aos respectivos processos. O Conselheiro Bruno Napolitano ressaltou que o Ouvidor Geral também participa dos julgamentos, podendo pedir a análise presencial dos autos, quando entender necessário. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do relator, aprovar a proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06, nos termos da Deliberação CSDP nº 315, de 16 de abril de 2015, a ser publicada oportunamente. Vencido o Conselheiro Pedro Antônio de Avellar, que votava pelo indeferimento da proposta, nos moldes do parecer da Ouvidoria Geral. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathy Beja

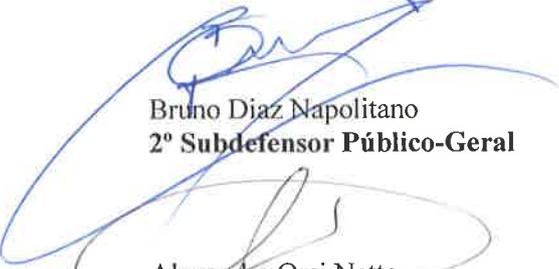
Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14. Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/14. Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho. Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 370/14. Interessada: Coordenador da Regional de Taubaté. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Taubaté (10ª Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 060/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Plano de Atuação da Defensoria Pública do Estado para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº

179/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. Revisor: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. (Processo CSDP nº). Interessados/as. (184/15). Samanta Romano Tresinari Grangeiro. (187/15). Mario Lucio Pereira Machado. (188/15). Erika de Vasconcellos Lima Pompeo. (196/15). Horacio Xavier Franco Neto. (198/15). Daniela Singer Carneiro de Albuquerque. (201/15). Daniele Cristina Barbato. (202/15). Debora Rezende Dantas Motta. (207/15). Janayna Lombisani. (209/15). Rodrigo Serra Pereira. (210/15). Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. (215/15). Betania Devechi Ferraz Bonfa. (216/15). Luiz Rascovski. (219/15). Helena Pires de Oliveira. (222/15). Marcelo Martiniano de Oliveira. (223/15). Bruno Haddad Galvão. (228/15). Adriano Elias Oliveira. (230/15). Bruno Shimizu. (231/15). Carolina Lot da Silva Nunes. (236/15). Pietro da Silva Estabile. (237/15). Thiago Soares Piccolotto. (238/15). Maria Isabel Toledo Del Rio. (239/15). Monica Godano Shlodtmann. (242/15). Leonel Lucas Lucariello Filho. (244/15). Alessandra Pereira de Melo. (248/15). Bruna Simões França. (249/15). Daniel Oliveira de Alcântara. (250/15). Juliana Garcia Popic. (251/15). Mara Renata da Mota Ferreira. (252/15). Paula Longo Sanches Petto. (255/15). Eloisa Maximiano Goto. (258/15). Guilherme Krahenbuhl Silveira Fontes Piccina. (262/15). Francisco Carlos Marques Matarezio. (263/15). Adriana Testi Tirelli. (265/15). Luciano Castrequini Bufulin. (266/15). Frederico Teubner de Almeida e Monteiro. (267/15). Roberta Marques Benazzi Villaverde. (268/15). Renata Simões Stabile Bucceroni. (270/15). Vanessa Pellegrini Armênio de Freitas. (271/15). Ana Simone Viana Cota Lima. (273/15). Juliane Tagami. (275/15). Joana Maria de Castro Gonçalves Ono. (279/15). Fabricio Bueno Viana. (281/15). Ana Rita Souza Prata. (282/15). Ana Paula de Oliveira Castro Meirelles Lewin. (285/15). Maria Beatriz de Alcântara Sá. (297/15). Katia Cilene Oliveira Giraldi. (300/15). Rosely Galvão Mota. (301/15). Wladimir Alves Bitencourt. (315/15). Juliana Saad. (318/15). Claudia Aoun Tannuri. (319/15). Maria Beatriz Gomes Machado Portos. 323/15. Debora Helena Daher Montes Forlin. 324/15. Daniela Thomaz Cristante. (327/15). Marcelli Penedo Delgado Gomes. (335/15). Rodrigo Tadeu Bedoni. (339/15). Roberta Prestes Abissamra. (340/15). Natalia da Costa Nora Bugner. (341/15). Juliana Araujo Lemos da Silva Machado. (342/15). Vanessa Pellegrini Armenio de Freitas. (343/15). Denise Melo Salazar. (345/15). Rafael Bessa Yamamura. (346/15). Augusto Gallego Pereira. (348/15). Luana Pereira do Amaral. (351/15). Leandro de Marzo Barreto. (352/15). Jose Moacyr Doretto Nascimento. (354/15). Giuliano D'Andrea. (356/15). Tania Cristina dos Santos de Oliveira. (357/15). Carlos Eduardo Afonso Rodrigues. (360/15). Thiago Santos de Souza. (366/15). Thais Helena de Oliveira Costa Nader. (369/15). Lia Ruiz Lourenço. (370/15). Viviane Modesto Gramulha. (371/15). Talitha D'Aquino Tavano Carvalho. (375/15). Rafael Galati Sabio. (377/15). Maria Fernanda dos Santos Elias Maglio. (380/15). Silvia Pontes Figueiredo. (381/15). Marcia Harumi Kobuti. (382/15). Mike Luiz Sella da Costa. (383/15). Giovanna Blanco Magdalena. (390/15). Andrea de Almeida Rossler. (393/15). Rafael Valle Vernaschi. (397/15). João Henrique Imperia Martini. (398/15). Vanessa Boiati. (399/15). Fabiana Camargo Miranda Guerra. (400/15). Regina Bauab Merlo. (401/15). Juliana Martins de Carvalho Monnerat. (402/15). Vivian Monsef de Castro. (403/15). Jamal Chokr. (404/15). Paula Hungria Aagaard. (405/15). Gabriel Machado Maglio. (406/15). Fernanda Costa Hueso. (407/15). Rodrigo Vidal Nitrini. (414/15). Maricy Rehder Coelho Camara. (416/15). Tatiana Semensatto de Lima Costa. (417/15). Juliana do Val Ribeiro. (418/15). Jose Rodolfo Stutz Cunha. (419/15). Luis Guilherme Pereira Delledono. (420/15). Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. (423/15). Ana Paula de Souza Campos. (424/15). Marcia Rossi Coraini. (427/15). Andre Vicentini Gazal. (430/15). Priscilla Batista Bastos. (433/15). Flavia Laet Ribeiro de Almeida. (451/15). Marina Diana Egydio Tedeschi Jardim. (455/15). Marcos Henrique Caetano do Nascimento. (456/15). Matheus Bortoletto Raddi. (472/15). Rodrigo Cesar Jeronymo. (473/15). Sabrina Nasser de Carvalho. (476/15). Rosimery Francisco Alves. (479/15). Adele Aparecida Fernandes Moraes. (481/15). Catia Maria Brolazo. (482/15). Ana Paula Ambrogi Dotto. (483/15). Thais de Campos. O Conselho DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, a prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 213/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infancia e Juventude. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho

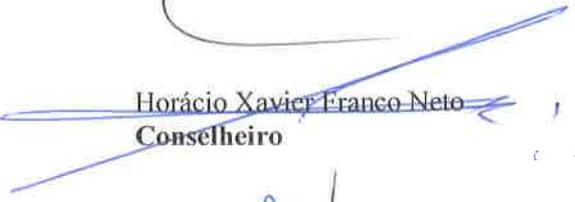
Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/15. Interessada: Marcia Regina Garutti. Assunto: Pedido de suspensão da Deliberação CSDP nº 307/14 (que altera a Deliberação CSDP nº 10/06, que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 484/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 486/15. Interessada: Ana Rita Souza Prata. Assunto: Impugnação ao resultado do concurso de promoção do nível II para o nível III, relativo ao ano de 2014, publicado no Diário Oficial de 24 de fevereiro de 2014. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 075/13. Interessado/a: Mariana de Gouveia Guarda. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 007/12. Interessado/a: Ligia Cintra de Lima Trindade. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 086/13. Interessado/a: Paulo Sergio Guardia Filho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 048/13. Interessado/a: Gustavo Cabral Narciso Gianette. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 005/12. Interessado/a: Fernanda Penteado Balera. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 002/12. Interessado/a: Dione Ribeiro Basilio. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 058/13. Interessado/a: Jose Gladston Viana Correia. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 084/13. Interessado/a: Paula Sant'anna Machado de Souza. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 070/13. Interessado/a: Marcel Benetti Boer. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 076/13. Interessado/a: Mariana Leite Figueiredo. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro

Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 019/13. Interessado/a: Carolina Romani Brancalion. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 116/13. Interessado/a: Marcelo Bonilha Campos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Sarah Rocha Tininis, Secretária do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2015.

  
Rafael Moraes Português de Souza  
**Presidente**

  
Bruno Diaz Napolitano  
**2º Subdefensor Público-Geral**

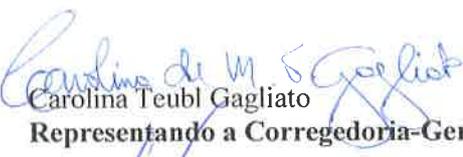
  
Alexandre Orsi Netto  
**Conselheiro**

  
Horácio Xavier Franco Neto  
**Conselheiro**

  
Pedro Antonio de Avellar  
**Conselheiro**

  
Wagner Ribeiro de Oliveira  
**Conselheiro**

  
Franciane de Fátima Marques  
**Representante da Apadep**

  
Carolina Teubl Gagliato  
**Representando a Corregedoria-Geral**

  
Luis Marcelo Mendonça Bernardes  
**Representando a 3ª Subdefensoria Pública-Geral**

  
Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa  
**Conselheiro**

  
Luiz Eduardo de Toledo Coelho  
**Conselheiro**

  
Rafael Bessa Yamamura  
**Conselheiro**

  
Alderson Pereira da Costa  
**Ouvidor-Geral**